

## A REDE EMANCIPA COMO CONTRAPOSIÇÃO ÀS ORIENTAÇÕES NEOLIBERAIS PARA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

*Samira Xavier Machado*<sup>1</sup>

Universidade Estadual de Montes Claros

*Mônica Maria Teixeira Amorim*<sup>2</sup>

Universidade Estadual de Montes Claros

### Resumo:

Neste trabalho contextualizamos a Rede Emancipa – movimento social de educação popular – enquanto contraposição às orientações neoliberais para organização da educação no Brasil. Assim, analisamos orientações neoliberais que nos são contemporâneas e que conformam a educação brasileira na atualidade. Tais orientações impactam tanto a organização da escola básica, quanto superior, e se pautam, entre outras, na redução do papel do Estado no financiamento da educação, na mercantilização do ensino e na avaliação eficientista de instituições e professores. Em oposição à essa perspectiva, a Rede Emancipa de cursinhos populares se coloca como um movimento social que atua pautado na concepção de educação como um direito social e um bem público. Do ponto de vista metodológico utilizamos de pesquisa bibliográfica e análise documental. A título de conclusão inferimos que as políticas neoliberais não se destinam, efetivamente, a garantir a universalidade do acesso à educação pública de qualidade para todos e todas. Por outro lado, a Rede Emancipa, pode ser entendida como expressão de luta pela promoção da democratização do acesso à educação de qualidade e, apesar dos seus limites de ação, constitui um movimento que merece maior atenção de educadores e pesquisadores pela experiência acumulada de trabalho com educação popular.

**Palavras-chave:** Rede Emancipa, Educação, Neoliberalismo.

### INTRODUÇÃO

No presente trabalho analisamos orientações neoliberais que nos são contemporâneas e que conformam a educação brasileira na atualidade. Tais orientações se pautam na redução do papel do Estado na economia com o propósito de minimizar os investimentos em políticas públicas que garantem o bem-estar social e, no campo educacional, atuam de forma

<sup>1</sup> Mestranda em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) – Unimontes. Professora da Educação Básica na Secretaria de Educação do estado de Minas Gerais (SEE/MG). Coordenadora da Rede Emancipa – Cursinho Popular Darcy Ribeiro em Montes Claros-MG. [samiraxavierm@yahoo.com.br](mailto:samiraxavierm@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela UFMG. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) – Unimontes e do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) – Unimontes. [monicamorimsa@gmail.com](mailto:monicamorimsa@gmail.com)

a subsidiar reformas com o objetivo de transformar a educação em instrumento de trocas de capital. A educação, como um direito socialmente garantido pela Constituição de 1988 encontra-se, assim, condicionada por políticas de expansão do ensino privado e que corroboram com a precarização da educação pública e gratuita.

As reformas educacionais sob a orientação dessa perspectiva neoliberal, e que subsidiam tanto a organização da escola básica, quanto superior, apresentam como características, entre outras, a de priorizar a formação para o mercado de trabalho, de tratar a educação como mercadoria e de exercer intenso controle sobre o trabalho docente através de uma avaliação reguladora desse trabalho. (OLIVEIRA 2003; GOMES, 2008; LIMA, 2002; SOBRINHO, 2001).

Em contraposição à essa perspectiva, a Rede Emancipa de cursinhos populares se coloca como um movimento social que questiona as orientações neoliberais em tela e apresenta um projeto que se pauta, entre outras orientações, na concepção da educação como um direito social e um bem público. Assim, no corpo desse trabalho nos propomos a situar a Rede Emancipa enquanto contraposição às propostas neoliberais para a educação.

Do ponto de vista metodológico utilizamos de pesquisa bibliográfica e análise documental. A pesquisa bibliográfica envolveu leitura e análise de material impresso, bem como a busca, em *websites*, de estudos e matérias sobre a temática estabelecida. A análise documental sobre a criação e organização da Rede Emancipa abarcou o tratamento analítico de manuais disponibilizados internamente entre os cursinhos da Rede Emancipa, a saber: Manual do Estudante, do Professor e do Coordenador, além de consulta a dados disponíveis no *site* da citada rede.

A escolha do tema é resultado da participação das autoras na construção da Rede Emancipa na cidade de Montes Claros-MG e resulta, igualmente, da nossa compreensão da importância, sobretudo em tempos de ameaça à educação pública no Brasil, de socializar concepções e projetos de educação que representam alternativas para se pensar e fazer uma educação emancipatória e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e humana.

O texto encontra-se organizado em duas partes. Na primeira parte apresentamos o diálogo com a bibliografia que trata de orientações neoliberais para a educação brasileira,

destacando o caráter aproximativo do nosso estudo. A segunda parte aborda de modo sumário a proposta que fundamenta o trabalho da Rede Emancipa, com atenção a dados presentes no *site* da rede e nos manuais examinados. Por fim, destacamos as inferências que o exercício de análise do tema em pauta nos permite fazer.

### **Neoliberalismo e educação: uma aproximação a orientações de políticas neoliberais para a educação brasileira**

A educação é de suma importância no desenvolvimento da sociedade. O ato de agregar conhecimento possibilitou que o ser humano sobrevivesse. Aprender é, portanto, inevitável e vital, transforma o ser humano em um ser sociável e passível de conviver em grupos. O conceito de educação apresentado por Libâneo (1995) descreve o fenômeno educativo como um conjunto de ações com a finalidade de preparar os indivíduos para agir num determinado contexto social. Segundo o autor, a educação “constitui-se do conjunto dos processos de desenvolvimento integral dos indivíduos que ocorrem como mediação na relação ativa do homem com a realidade natural e social e em suas relações mútuas.” (LIBÂNEO, 1995, p.76).

Ainda segundo Libâneo (1995, p.76), a educação está relacionada a uma “multiplicidade de análises e não se reduz ao que ocorre na escola”. Para o autor, a educação escolar refere-se à um processo formal, metódico, sistemático, que ocorre de forma planejada. Mas Libâneo lembra que a educação também ocorre de modo informal, por meio de “processos formativos do meio sociocultural nos quais os indivíduos encontram-se envolvidos de modo não organizados e não institucionalizados”, como é o caso da educação que acontece no ambiente familiar. Igualmente, se pode falar de uma educação não-formal, compreendida enquanto “atividades educativas intencionais de caráter variável de sistematização e organização, realizadas em várias instâncias da sociedade fora do sistema escolar convencional”. Os movimentos sociais são espaços que promovem práticas educativas, classificadas enquanto “intencionais” e “não-formais”. (LIBÂNEO, 1995, p.76).

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) preconizam que a educação escolar deve ser compreendida como um processo de promoção da cidadania e de combate às desigualdades sociais e a exclusão social, devendo pautar-se pela qualidade da formação oferecida. Contudo, advertem que a reestruturação da economia, o livre funcionamento do mercado, os avanços das ciências e tecnologias e as mudanças nos processos de produção, impactam as

políticas educacionais contemporâneas que forcem a redução do Estado no seu papel de oferta da educação. Advertem, ainda, que a escola deixa de ser o meio por excelência de socialização dos conhecimentos e preparação para a vida devendo integrar-se a outras modalidades de educação com vistas a formar cidadãos mais preparados para um “novo tempo”, em que o domínio de conhecimentos, o acesso a saberes e a Ciências, se mostra fundamental. (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI 2012, p. 63).

Nessa direção, entendemos que uma formação educacional emancipatória configura-se como elemento primordial para o desenvolvimento social, pois propicia ao indivíduo construir seu pensamento crítico em relação aos processos da realidade que ele vive e traz da sociedade, das relações de poder, do sistema, ampliando sua visão de mundo e abrindo caminhos para se desenvolver como sujeito de transformação das suas condições e das estruturas sociais. Freitas (2003) citado por Paludo (2012, p. 282) define a educação emancipatória como “uma educação crítica, desnaturalizadora da ordem social, que eduque homens e mulheres para que atuem na direção da construção de outro projeto para a sociedade”. Trata-se de uma educação a serviço da humanização dos sujeitos e das relações entre eles, de uma educação a serviço da justiça social, da solidariedade, da promoção de direitos e da cidadania.

Contudo, a educação escolar no Brasil tem sido impactada por políticas neoliberais que comprometem o direito ao acesso e permanência à uma educação pública, gratuita, de qualidade e laica, políticas que precarizam a escola pública e submetem a educação formal a uma lógica de mercado. Em que pese o fato de o Brasil apresentar, na história recente, políticas alinhadas com a maior inclusão das classes menos privilegiadas no universo do ensino superior brasileiro<sup>3</sup>, é inegável que o neoliberalismo imprime na educação suas características mais cruéis de individualismo, competição, exclusão social e desigualdades econômicas e socioculturais.

Eisenbach e Campos (2017, p. 10986) advertem que:

A educação, em seu papel singular de destaque no desenvolvimento social, cultural, não pode ser subjugada predominantemente ao domínio da lógica de mercado, muito menos às diretrizes universais que o modelo neoliberal impõe, principalmente, aos países periféricos do mundo.

<sup>3</sup> A título de exemplo destacamos a política de cotas para ingresso no Ensino Superior, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Sistema de Seleção Unificada (SiSU).

Conforme aponta o estudo de Harvey, o neoliberalismo se caracteriza como um modelo de desenvolvimento que faz severas críticas à atuação do Estado, seja no mercado, seja para garantir o bem-estar social. A base desse discurso é resgatada das teorias neoclássicas de livre mercado. Os neoliberais se opõem ao modelo de planejamento estatal centralizado, restringindo a atuação do Estado para “assegurar o funcionamento apropriado dos mercados” e “garantir os direitos de propriedade individuais”. (HARVEY, 2008, p. s/n).

A ideologia neoliberal centrada no individualismo entende que o desenvolvimento social será resultado de uma busca individual por bem-estar, e desta forma propaga a falácia da participação mínima do Estado. Todavia, o “neoliberalismo precisa de um Estado forte para promover seus próprios interesses.” (HILL, 2003, p. 32). Com esse sentido, Hill (2003) descreve que o interesse da classe capitalista contra o Estado do bem-estar social público consiste em cortar os “gastos” públicos para reduzir os impostos sobre o capital que, por sua vez, aumenta a acumulação e os lucros dos capitalistas.

Segundo Lopes e Caprio, (2008, p. 02), o sistema capitalista neoliberal é um conjunto de políticas que defendem “a não participação do Estado na economia”. Considerando esse conjunto de práticas ao cenário educacional, como observou o estudo de Eisenbach e Campos (2017, p.10995), “as políticas neoliberais de privatização representaram a liberação do Estado para com seu compromisso no campo social, nele inseridas as políticas educacionais”.

Pereira e Pereira, (2010, p.80), apontam que no Brasil o neoliberalismo dá “origem à expansão da exclusão social, à privatização, ao aumento do desemprego, à terceirização de serviços, bem como ao sucateamento dos serviços públicos nas áreas sociais, como moradia, saúde, educação, dentre outras”. Na prática, as propostas neoliberais para a Educação utilizam-se de mecanismos que promovem a regulamentação e o controle social. Ianni (1996) citado por Eisenbach e Campos (2017, p. 10991) afirma que a teoria neoliberal articula na prática a defesa dos interesses ideológicos de grupos, “classes e blocos de poder organizados em âmbito mundial”.

Os estudos de Sampaio *et. al.* (2012), citados por Eisenbach e Campos (2017, p. 10994) indicam que a política neoliberal se traduz em desgovernamentalização do Estado, em liberdade para gerenciar, socialização das perdas, maximização dos lucros dos

capitalistas. Tais estudos indicam, igualmente, o papel central do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), da Organização Mundial do Comércio no projeto de consolidação do objetivo de criar um mercado educacional lucrativo no Brasil.

Nessa direção, cumpre lembrar que na década de 1970 vivenciamos um expressivo crescimento de investimentos do BM e FMI para projetos educacionais (integrados a políticas desenvolvimentistas do neoliberalismo). É nítida a atuação do Banco Mundial como influenciador das diretrizes educacionais, atuando na defesa do capitalismo. Souza Santos (2004, p. 20) afirma que “a posição do Banco Mundial na área da educação é talvez das mais ideológicas que este tem assumido na última década.”

A educação, compreendida na perspectiva de mercado, é utilizada como moeda de troca. O FMI e o BM se certificam de modelar o sistema educacional dentro dessa concepção. Alinhada a essas políticas, a OMC, há décadas, tenta colocar em prática o plano de redução ou eliminação das barreiras para a privatização do setor de serviços, e a educação está inclusa entre os doze serviços previstos no acordo — trata-se do Acordo Geral para o Comércio em Serviços (GATS). Conforme aponta Souza Santos (2004, p. 22), o GATS tem como objetivo “promover a liberalização do comércio de serviços” possuindo como princípios “o tratamento nacional” e o “acesso ao mercado”. Para o autor, se colocado em prática o acordo significará “o fim da educação como bem público” (SOUZA SANTOS, 2004, p. 24).

Também Lima (2002) ressalta os avanços do capital no sentido de explorar a educação como uma mercadoria e assinala, nesse processo, o importante papel de organismos internacionais — destacando o Banco Mundial, o FMI, a OMC, entre outros. Na avaliação da autora tais avanços iniciaram pela educação escolar básica, focalizando sua oferta, e adentraram pela educação superior — redefinindo o papel do estado de executor para facilitador e favorecendo a diversificação do ensino superior, além de promover a sua mercantilização.

Matéria recente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), que data de 2015, informa que o ensino privado no Brasil domina 70% das matrículas do ensino superior e ressalta a “crescente mercantilização da educação no

Brasil como um grande problema para o futuro do país, pois a educação é tratada pelas empresas como negócio, com objetivo de lucro, ao contrário de como um direito essencial”<sup>4</sup>.

Nessa direção, Silva (2005, p. 258) assinala:

A proposta desses *homens de negócio* é tornar a educação um serviço comercial subordinado às leis do mercado internacional. As questões da privatização não se limitam à redução da participação do Estado em suas funções clássicas, mas sim, na sua reconfiguração e fortalecimento em favor do capital e das elites dominantes dispostas a explorar comercialmente os serviços públicos.

Silva (2005, p. 257) lembra, também, a relação da mercantilização do ensino com o Consenso de Washington. Para a autora é possível observar o empenho do Consenso de Washington em mercantilizar a educação através de suas diretrizes para as políticas educacionais que promovem o aprofundamento de reformas para “redesenhar as instituições nacionais, colocando-as a serviço do capital”.

Para além da educação ser tratada como mercadoria e não como bem público, as diretivas do BM defendem a prioridade da oferta para a educação básica e preconizam um ensino focado na preparação de força de trabalho para o mercado. O estudo de Eisenbach e Campos (2017, p. 10996) examina o discurso neoliberalista do Banco Mundial para a Educação, concluindo que este discurso “transforma [a educação] em um instrumento para ajudar a aumentar a produtividade do mercado de trabalho”. As orientações dos documentos do BM apontam para a utilização da educação com objetivo de desenvolver o mercado de trabalho. Por sua vez, os componentes curriculares direcionam a educação escolar para formação de força de trabalho acrítica. Os discursos de tais documentos abordam a “autonomia e participação da sociedade, mas não questionam o formato da escola tradicional”. (EISENBACH E CAMPOS, 2017, p. 10997).

No que tange às orientações do Banco Mundial para o desenvolvimento profissional do professor, registra-se que tais orientações não se dirigem para a valorização docente, mas pregam o progresso econômico e incentivam o congelamento dos salários desses atores. Ainda nesse sentido Souza Santos (2004, p. 21) lembra que, entre as

<sup>4</sup> Disponível em: <http://andes-ufsc.org.br/brasil-pode-assinar-acordo-da-omc-que-trata-educacao-como-mercadoria/>

condicionalidades impostas pelo BM, a “posição de poder dos docentes é um dos principais alvos” do banco.

Glenn Rikowski citado por Hill (2003, p. 27) advoga que “os professores são os mais perigosos dos trabalhadores porque eles têm um papel especial na formação, no desenvolvimento e na força da *única mercadoria sobre a qual depende o sistema capitalista: a força de trabalho.*” Isso explica o interesse dos organismos financeiros internacionais em controlar não só as políticas educacionais, mas diretamente, controlar o trabalho docente. É preciso assegurar que um modelo de educação emancipador seja inviabilizado e não se realize.

Os professores são perigosos porque *eles estão intimamente ligados à produção social da força de trabalho*, fornecendo aos estudantes técnicas, competências, habilidades, conhecimentos e atitudes e qualidades pessoais que *podem ser expressas e utilizadas no processo de trabalho capitalista*. Os professores são os guardiões da qualidade da força de trabalho! Este potencial, este poder latente que têm os professores é a razão pela qual os representantes do Estado perdem o sono preocupando-se sobre seu papel em assegurar que os futuros trabalhadores sejam entregues aos locais de trabalho pelo capital nacional e que disponham *da mais alta qualidade possível.*” (RIKOWSKI apud HILL, 2003, p. 27. Grifos do autor).

Políticas de avaliação das instituições, dos estudantes e, por conseguinte, dos docentes, compõem o conjunto de orientações para regulação da educação brasileira. Sobrinho destaca o papel central que tem a avaliação no âmbito das reformas educacionais empreendidas no Brasil desde os anos de 1990. Para o autor, o foco da avaliação é o controle da educação em função do mercado. As reformas da educação são operacionalizadas para que as instituições ganhem maior eficiência. Não se trata de uma avaliação para promover a contínua reflexão e melhoria da qualidade da educação pública, mas para promover indicadores quantitativos de controle e fiscalização do ensino.

Evidente se faz que o capital tem implementado uma política de controle da educação de modo a assegurar que esse campo produza “uma força de trabalho ideologicamente submissa mas tecnicamente capacitada.” (HILL, 2003, p. 32). É perceptível que políticas neoliberais apoiadas por organismos internacionais têm impactado a educação brasileira, sobremaneira a partir dos anos de 1990, propondo e imprimindo alterações no ensino básico e superior por meio de decretos e leis alusivas ao funcionamento das instituições educacionais, comprometendo a oferta da educação pública, precarizando o

trabalho docente e controlando toda a estrutura educacional. Em troca de empréstimos, o FMI e o BM produzem dependência econômica nos países periféricos que, em consonância, devem operacionalizar o projeto de educação definido por estes organismos.

Revestido de um discurso que apregoa o empreendimento de esforços para melhoria de qualidade da educação básica, o FMI agrega à escolaridade um valor de “atividade geradora de renda”. (LOPES e CAPRIO, 2008, p. 04). Ainda como parte das orientações desses organismos, Lopes e Caprio lembram que a descentralização faz parte das diretrizes do FMI e do Banco Mundial. Eles explicam que o reflexo dessa política na educação se expressa na municipalização das escolas de ensino fundamental<sup>5</sup>, proposta que é severamente criticada por Pinto (1993). Essa municipalização, na avaliação de Pinto (1993, p. 12) significa a perda de qualidade na modalidade de ensino mais acessada pelas classes populares. Dessa maneira “municipalizar” a responsabilidade educacional implica em falta de “condições financeiras [por parte dos municípios] em assumir toda a rede de ensino fundamental”.

Pinto (1993, p. 12) alerta, ainda, sobre as relações conflituosas entre prefeitos e governadores opositores. Questiona: “alguém tem a ilusão de que o governo estadual vai repassar recursos na quantia e no tempo necessários para um prefeito da oposição?”

Concluindo a análise sobre o Banco Mundial, pudemos observar que sua intervenção nas políticas educacionais evidencia a expansão das políticas mais convenientes aos interesses do capital internacional. A educação restringe-se ao papel de reproduzir a força de trabalho para o capital, formar ideologicamente conforme os interesses do mesmo e servir como segmento do mercado a ser explorado comercialmente pelo setor privado”. (LOPES E CAPRIO, 2008, p. 08)

Na perspectiva neoliberal não cabe ao Estado exercer a função de intervir amenizando as desigualdades sociais, mas, na contramão dessa lógica, investir em políticas que favoreçam o mercado. Assim as políticas de privatização adotadas, inda que possam favorecer a ampliação do acesso à educação pela sociedade, não se encontram comprometidas com a qualidade da oferta, tampouco com a redução das desigualdades sociais e econômicas. Interessa a elas proteger o capital em detrimento do povo.

<sup>5</sup> Sobremaneira dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Assim, além de apropriar da educação e fazê-la mercadoria, o neoliberalismo utiliza da educação como instrumento para formar força de trabalho acrítica. Não por acaso a baixa qualidade da educação pública faz parte de um projeto que promove uma política de desmonte da educação pública, efetivada através de cortes nos investimentos destinados a esse setor, entre outras ações. “O governo quer números, não qualidade e, com tal política, a educação fica atrelada aos interesses do capital. O resultado, como não poderia deixar de ser, é o aumento da massa de indivíduos pouco críticos e pouco conscientes do seu dever de cidadão.” (SILVA, 2011, p. 285).

Refletindo sobre os escritos de Eisenbach e Campos (2017, p.10988):

O neoliberalismo que impera no mundo com maior expressão a partir dos anos 1990 desempenha uma influência direta sobre a educação, colocando-a, como diz Pacievitch *et. al.* (2008) “em uma posição estratégica em seu projeto de hegemonia para a regulação e o controle social.

Enfrentamos tempos difíceis e complexos problemas na educação brasileira, desde a desvalorização docente, o (des)interesse discente e um discurso do fracasso na educação pública que se mostra direcionado a favorecer, principalmente, as políticas de privatização dos setores educacionais. Os tempos atuais sinalizam para um acirramento do desmonte da oferta de educação pública. Em face de todo esse contexto de orientações neoliberais e avanço de forças conservadoras a comprometer a educação pública, gratuita de qualidade e laica, mostra-se fundamental fomentar concepções e práticas alinhadas com a promoção e defesa do direito à educação para todos e todas.

## **A REDE EMANCIPA: MOVIMENTO SOCIAL DE EDUCAÇÃO POPULAR**

Um movimento social, como lembra Damasceno (2016), constitui uma ação coletiva de caráter questionador, no campo das relações sociais, e que tenciona a manutenção ou transformação da realidade vivida. Assim, em contraposição às orientações neoliberais para organização da Educação Brasileira, apresentamos a Rede Emancipa de cursinhos populares, como um relevante espaço na luta pela qualidade da educação pública, como um movimento social que contraria o modelo mercadológico para a educação. Como mencionado de início, os dados que aqui são apresentados advêm da análise de Manuais que

orientam o trabalho da Rede Emancipa - Movimento Social de Educação Popular, bem como de informações obtidas no Site da citada rede<sup>6</sup>.

Direcionada pela defesa do ensino público de qualidade e pela democratização do acesso à universidade, a Rede Emancipa surge em 2007 com o principal objetivo de “proporcionar aos estudantes concluintes ou matriculados na rede pública de ensino médio a preparação necessária para ingressar na universidade pública”. (MENEZES, 2012, p. 117). Conforme informações disponíveis no site da Rede Emancipa explicita-se que este constitui um movimento social de educação popular que “constrói um importante trabalho voltado à educação de jovens de escolas públicas” e cujo foco central de ação tem sido a oferta “de cursinhos populares pré-universitários para atender à demanda represada dos estudantes de escolas públicas pelo acesso ao ensino superior em geral, e às universidades públicas em particular”<sup>7</sup>.

O primeiro cursinho a iniciar os trabalhos foi o de São Paulo, mas a Rede se expandiu e conta com 47 projetos nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás e Pará. A cidade de Montes Claros- MG abriga uma das unidades da Rede Emancipa – trata-se do Cursinho Popular Darcy Ribeiro, fundado em 2013 e primeiro projeto da Rede Emancipa em Minas Gerais. O site da Rede especifica que após 10 anos de sua criação o movimento já possui unidades em “19 cidades de 7 estados, em todas as 5 regiões do país”. Informa, igualmente, que desde a sua criação já atendeu “mais de 20 mil estudantes, auxiliando milhares a entrar nas mais diversas universidades e furar o bloqueio do acesso ao Ensino Superior do país”. (*Ibidem*).

Ainda segundo informações do site da Rede Emancipa, o principal foco de atuação da citada Rede “tem sido a organização de cursinhos populares pré-universitários para atender à demanda represada dos estudantes de escolas públicas pelo acesso ao ensino superior em geral, e às universidades públicas em particular”. Nesses cursinhos, além da reflexão sobre os conteúdos cobrados pelos vestibulares, procurando articulá-los com a realidade vivida pelos estudantes, também se enfatiza uma “educação transformadora que ofereça o máximo de instrumentos para que estes pensem as suas realidades de maneira crítica e emancipadora”.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://redeemancipa.org.br/institucional/quem-somos/> Acesso em: 05/09/2018.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://redeemancipa.org.br/institucional/quem-somos/> Acesso em: 05/09/2018.

Nessa direção aclamam:

Construímos um projeto político-pedagógico que vai além do ensino para o vestibular, que possibilite à juventude um espaço inovador de debate, criação e recriação do saber acerca do mundo e da vida. Nesse projeto se engajam estudantes universitários, secundaristas, professores do ensino básico, professores e estudantes da Rede Emancipa, família, associação de bairro, comunidade e todos que queiram construir outro futuro<sup>8</sup>.

Ainda nessa direção informam:

As aulas são ministradas voluntariamente por professores já formados e também por professores estudantes universitários de várias universidades públicas e privadas do país. O espaço da Rede Emancipa não se limita apenas ao cursinho, ao longo dos anos, o entendimento de que o processo educativo é ininterrupto ao longo da vida, tem servido de inspiração para que outras experiências de educação popular sejam realizadas, temos planos que incluem alfabetização de jovens e adultos, preparação para concursos, educação infantil e pré-vestibulinho. (*Ibidem*).

A concepção de educação a qual os cursinhos da rede aderem “visa formar sujeitos que interfiram para transformar a realidade.” (PALUDO, 2012, p. 286), diferentemente da concepção liberal tradicional de educação “cujo centro é transmissão de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos para a socialização submissa, para o mercado de trabalho e para a naturalização, a aceitação e a reprodução da sociedade dividida em classes.” (PALUDO, 2012, p. 282).

Ao Emancipa não cabe o título de instituição de caridade, uma vez que a história do movimento e as posições políticas adotadas deixam claro que o intuito é mudar as estruturas sociais. A preocupação é com lutas cotidianas de inúmeros jovens que sofrem com as desigualdades impostas pela lógica capitalista neoliberal, e o caminho é organizar professores e estudantes para “mudar uma situação injusta na educação.” (Manual do Coordenador, 2015, s/n)

O intuito é valorizar as escolas e praças públicas, utilizando e zelando por esses espaços onde a democracia se realiza. A Rede procura lutar pela educação em todas as suas nuances, ampliando o acesso e não restringindo a participação dos estudantes, reafirmando a necessidade de democratizar o ensino superior, valorizar o trabalho docente, realizar uma

<sup>8</sup>Disponível em: <https://redeemancipa.org.br/institucional/quem-somos/> Acesso em: 05/09/2018.

educação junto às classes populares, problematizar a perspectiva mercadológica de educação e agir em defesa da formação humana e da efetivação da educação como um direito.

Nessa direção a concepção de educação progressista libertadora de Paulo Freire nos serve de orientação teórico-prática em nossa atuação na Rede Emancipa. Entendemos que o ato de educar como prática social não se limita a transmitir conteúdos e cumprir com currículos. Educar é ter compromisso com os direitos sociais. Educar é estar inserido em lutas por justiça social na educação. “Nós professores não ensinamos apenas conteúdos. Através do ensino deles ensinamos também a pensar criticamente, se somos progressistas e ensinar para nós por isso mesmo, não é depositar pacotes na consciência vazia dos educandos.” (FREIRE, 2014, p.73).

Nos cursinhos populares da Rede, os alunos não são apenas vestibulandos. Atuamos de modo a valorizar e fomentar a atuação social dos discentes como sujeitos participantes de todas as lutas sociais que promovam a alteração dessa injusta realidade. Não existe limite de número de vaga nos cursinhos uma vez que a demanda de pessoas que desejam estudar não é vista como problema. O direcionamento a ser seguido é que “não se trabalhe excluindo estudantes, mas sim assumindo a demanda não atendida como uma tarefa de expansão do cursinho [...]” (Manual do Coordenador, 2015 p. s/n).

Salientamos que um dos modelos para a seleção de estudantes que buscam acessar o direito ao ensino superior é o vestibular. Na perspectiva assumida pela Rede Emancipa, o vestibular é concebido como um método insuficiente de seleção por cobrar dos discentes, via de regra, a memorização acrítica de conteúdos, além de se apresentar como um funil social e racial já que a seleção é desonesta e começa muito antes da prova em si. Nesse sentido há um entendimento que os estudantes de escola pública não recebem a formação necessária para vencerem a barreira que o vestibular constitui e, em muitos casos, não possuem recursos financeiros para arcar com os custos de tentarem o vestibular em mais de uma universidade. “O vestibular, ao invés de selecionar os melhores, seleciona, na maioria das vezes, quem tem mais dinheiro.” (Manual do Estudante, 2013, p.04).

Conforme aponta Mendes (s.d, p.5), com essa visão crítica de que o vestibular constitui uma barreira para o acesso à educação superior, “muitos cursinhos não se identificam com o rótulo “pré-vestibular”, o que os conota como preparatórios para este exame, apenas” e, como o Emancipa, “preferem se identificar como cursinhos “pré-

universitários”, priorizando não o exame vestibular em si, mas a vida universitária enquanto eminentemente política”.

Outrossim, os manuais examinados permitem compreender que os cursinhos da Rede não tratam a educação como mercadoria, mas como bem público. Igualmente não cobram taxas ou mensalidades. Seu financiamento ocorre por meio, essencialmente, de campanhas coletivas, com o cuidado de não receber financiamento de grandes empresas ou partidos políticos para garantia de sua autonomia enquanto movimento social.

A defesa da educação pública, do direito à educação, da autonomia docente, da formação crítica de estudantes, faz da Rede Emancipa uma proposta que confronta as orientações neoliberais e atua pela construção de uma nova ordem social — menos injusta, menos feia e malvada, como defendia o mestre Paulo Freire (1996). Ademais, em um contexto marcado por tantas desigualdades educacionais e sociais entendemos que a atuação da Rede Emancipa constitui em expressão de luta importante para a melhoria na formação de jovens para o acesso ao ensino superior.

## **A TÍTULO DE CONCLUSÃO**

O exame das orientações neoliberais para a organização da educação brasileira nos permite inferir que o Estado brasileiro tem atuado, de forma intervencionista, em defesa de interesses do mercado e do capital. Além de apropriar da educação e fazê-la mercadoria, o projeto neoliberal utiliza da educação como instrumento para formar força de trabalho acrítica. Ademais, e não por acaso, a baixa qualidade da educação pública faz parte de um discurso para promover a privatização do ensino e de um projeto para o desmonte da oferta pública de escolarização, efetivado através de cortes nos investimentos destinados a esse setor, entre outras ações.

Fato é que as políticas neoliberais não se destinam, efetivamente, a garantir a universalidade do acesso à educação pública de qualidade para todos e todas. Nesse bojo, podemos registrar o papel central que têm os organismos internacionais, entre os quais o Banco Mundial e o FMI, já que as orientações neoliberais se concretizam a partir das diretrizes impostas por tais organismos no financiamento de projetos educacionais no Brasil. Obviamente há que se destacar a participação e apoio de governos na viabilização e operacionalização das diretrizes encaminhadas pelas agências financeiras, assim como há

que se reconhecer que as políticas públicas se fazem na correlação de forças entre atores distintos, sendo expressão de apropriações e questionamentos, de aplicação e resistência, da contradição entre manutenção-transformação da realidade social, na tensão dialética que caracteriza o mundo social.

Outrossim, não podemos deixar de assinalar que, revestida da aparente intenção de oferecer ajuda aos países em desenvolvimento, nota-se na história do FMI e do BM, que os empréstimos concedidos a tais países, incluindo o Brasil, se dirigem para o controle econômico, cultural e político dos mesmos enquanto devedores. Sendo estas organizações financeiras utilizadas como instrumento regulador para defender os interesses dos países credores, infere-se que as mesmas impõem medidas que favorecem diretamente a tais países.

Nesse bojo, importante papel tem os movimentos sociais na resistência e edificação de uma outra lógica possível – pautada no compromisso com a redução das desigualdades educacionais e construção de uma sociedade mais justa. A Rede Emancipa pode ser assim entendida como uma expressão de luta pela promoção da democratização do acesso à educação de qualidade. Apesar dos seus limites de ação constitui um movimento que merece maior atenção de educadores e pesquisadores pela experiência acumulada de trabalho com educação popular. No campo da pesquisa é ainda incipiente a investigação sobre a atuação dessa Rede que já se espraia em diferentes regiões do Brasil. No campo da ação, o diálogo entre educação formal, informal e não-formal, como defendem Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), desponta como profícuo caminho para o debate e edificação de ações destinadas a promover o direito à uma educação crítica e emancipadora em nosso país.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Rede Emancipa**. *Quem somos*. Disponível em:  
<https://redeemancipa.org.br/institucional/quem-somos/> Acesso em 05/09/2018.

BRASIL. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES. **Brasil pode assinar acordo da OMC que trata educação como mercadoria**. Reportagem. Nov. 2015. Disponível em <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7830>> Acesso em: 31/08/2018.

DAMASCENO, M. N. Movimentos sociais: contextualização e práticas organizativas. In: FIGUEIREDO, João B. de Albuquerque; VERAS, Clédia Inês Matos; e LINS, L. T. **Educação Popular e Movimentos Sociais: experiências e desafios**. Fortaleza: IMPRECE, 2016, p.34-59.

EISENBACH NETO, F. J; CAMPOS, G. R. de. **O impacto do neoliberalismo na educação brasileira**. XII Congresso Nacional de Educação, 2017, Curitiba. ISSN 2176-1396. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24420\\_12521.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24420_12521.pdf)> Acesso em: 31/08/2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Política e Educação**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 144 p.

GOMES, A.M. **As reformas e políticas da educação superior no Brasil: avanços e recuos**. In: MACEDO, D.; SILVA Jr, J.R.; OLIVEIRA, J.F.(org). Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas, SP: Alínea, 2008, p.23-51.

HARVEY, D. **O neoliberalismo – história e implicações**. São Paulo, Loyola, 2008.

HILL, D. O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 03, no. 02, pp.24-59. 2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/hill.pdf>> Acesso em: 31/08/2018.

LIBÂNEO, J. C. Educação. Dicionário Crítico da Educação. **Presença Pedagógica**. Jan./Fev. 1995.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; e TOSCHI, M. S. **Educação escolar: Políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2017.

LIMA, K.R.S. . **Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração**. In: NEVES, L.M.W. (org.) O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil nos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002, p.41-63.

LOPES; E. C. P. M; CAPRIO, M. **As influências do modelo neoliberal na educação**. Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara, SP, Brasil, 2008, p. 01-16. ISSN: 1519-9029 Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9152>> Acesso em: 24/01/201

MENDES, M.T. **Cursinhos populares pré-universitários e educação popular: uma relação possível?** Disponível em: <https://redeemancipa.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Cursinhos-populares-pre-universitarios-e-educacao-popular.pdf> Acesso em: 09/09/2018.

MENEZES, R. G. O movimento pelo resgate social do Cursinho da Poli e a criação da Rede Emancipa. In: **Às portas da universidade: alternativas de acesso ao ensino superior**. Org.: ARELARO, L. G; FRANCA, G. C; MENDES, M. T. – São Paulo: Xamã, 2012. p. 109-120.

OLIVEIRA, D. A. (Org. ) **Reformas Educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PALUDO, C. Educação Popular. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro e São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 282-287.

PEREIRA, D. de F. F; PEREIRA, E. T. **Revistando a história da Educação Popular no Brasil**: em busca de um outro mundo possível. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 72-89, 2010. Disponível em: <  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639807/7370> >  
Acesso em 31/03/2019.

PINTO, J. M. de R. **Democratizar é Preciso, Municipalizar não é Preciso**. Paidéia, FFCLRP-USP. Ribeirão Preto, 3, Ago/Jan, 1993. p. 11-15. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/paideia/n3/03.pdf> > Acesso em: 24/01/2019.

SILVA, A. V. U da. Uma reflexão sobre a educação brasileira. **Revista Pandora Brasil**, n. 34, 2011, p. 278-292. ISSN 2175-3318.

SILVA, M. A. da. O consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 255-264, jan./jun. 2005. Disponível em: <  
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193517360006> > Acesso em 31/03/2019.

SOBRINHO, J.D. (2001). **Educação superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público**. In: DOURADO et al. Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais. São Paulo, Xamã, 2001, p. 97-116.

SOUZA SANTOS, B. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.